

Entre a Emoção e a Transgressão: O papel das Emoções e das Crises nas Ações Coletivas Desviantes

Ana Beatriz Seca

UMinho | 2026



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Ana Beatriz Seca

Entre a Emoção e a Transgressão: O papel das Emoções e das Crises nas Ações Coletivas Desviantes

junho de 2026



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Ana Beatriz Seca

Entre a Emoção e a Transgressão: O Papel das Emoções e das Crises nas Ações Coletivas Desviantes

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação de

Professora Doutora Sónia Caridade

junho de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

Agradecimentos

A conclusão deste trabalho não é apenas o fecho de uma etapa académica, mas a tradução de um processo profundo de superação. Conciliar a vida de trabalhadora-estudante nem sempre foi fácil, mas o *stress* deu lugar à força através dos afetos mais sinceros. Se hoje contemplo a meta, é porque tive o privilégio de ter pessoas que foram a bonança na minha tempestade. Com o coração profundamente grato, olho para trás para homenagear quem tornou esta vitória possível:

À minha Orientadora, Professora Doutora Sónia Caridade, agradeço a dedicação, rigor académico e constante disponibilidade que me transmitiram a maturidade e segurança necessárias que a investigação exige. À Leonor, estudante de doutoramento, agradeço o apoio incansável e a generosidade com que partilhou o seu conhecimento nas fases de maior complexidade técnica.

Aos meus pais, Manuel e Adriana, e à minha irmã, Andreia. Vocês são a minha raiz mais forte e o porto seguro onde sempre encontrei abrigo. Obrigado pelo amor incondicional, por acolherem o meu cansaço e por acreditarem no meu potencial mesmo quando as minhas próprias forças pareciam vacilar. Esta vitória também vos pertence.

Ao meu namorado, Rafael, por seres o equilíbrio e a calmaria exata em cada momento de desassossego. Obrigado pelo abraço atento nos dias longos e por saberes ler as minhas inquietações com tanta cumplicidade. À minha melhor amiga, Morgana, agradeço a paciência infinita com que acolhes as minhas fases de ansiedade. Obrigado por estares sempre pronta para um passeio e para me devolver a leveza, independentemente da hora.

Aos meus companheiros de quatro patas – Balu, Dhara, Xiribi, Kevin, Gytha e Simba. A vossa presença pura e o vosso carinho silencioso ao longo das noites em claro trouxeram o calor e o conforto de que a escrita desta dissertação tanto precisava.

Por último, agradeço-me pela perseverança implacável, pelo empenho investido e pela resiliência de continuar a caminhar, mesmo nos dias em que a motivação escasseava. Agradeço-me por ouvir os meus limites e saber quando parar para recomeçar com mais força.

À Beatriz que iniciou esta jornada: olha para o "hoje" com orgulho, pois construímos algo extraordinário através de um esforço que foi teu. À Beatriz do futuro: continua determinada a lutar pelos teus sonhos e a cumprir o teu propósito de guiar os outros rumo à paz e ao equilíbrio. E à Beatriz de hoje: liberta os receios e celebra. Superámos cada dúvida e incerteza com convicção. Permite-te parar, respirar e desfrutar desta vitória, porque a mereces por completo.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.
Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro que, no âmbito da elaboração da presente dissertação, recorri às seguintes ferramentas de Inteligência Artificial Generativa: *ChatGPT* e *Gemini*, tendo sido utilizadas para revisão linguística, organização e estruturação de ideias e síntese de informação, nas seguintes fases do trabalho: revisão da literatura, discussão de resultados e numa revisão final da presente dissertação. Mantenho a responsabilidade integral pelo conteúdo final apresentado.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

Universidade do Minho,

Assinado por: **Ana Beatriz da Silva Seca**
Num. de Identificação: 14397091
Data: 2026.06.08 01:29:17+01'00'

Entre a Emoção e a Transgressão: O Papel das Emoções e das Crises nas Ações Coletivas Desviantes

Resumo

A presente investigação teve como objetivo explorar o impacto de um contexto de crise sociopolítica na disposição de adultos emergentes para aderir a ações coletivas desviantes, analisando o papel mediador das emoções negativas e a moderação contextual. A amostra (N = 134) foi exposta experimentalmente a uma condição de saliência de crise ou de controlo.

Os resultados confirmaram que a saliência de crise provocou um aumento em todas as emoções negativas (*frustrado, injustiçado, chateado e ansioso*). O modelo de moderação revelou que a identificação com o grupo previu positivamente as emoções negativas, exclusivamente sob a condição de crise. Por sua vez, a MANOVA evidenciou que a saliência de crise gerou uma perceção mais intensa de *frustrado* e *injustiçado* nas adultas emergentes, enquanto *chateado* e *ansioso* se manifestaram de forma homogénea.

Desta forma, o modelo de mediação moderada revelou-se não significativo na medida em que as emoções negativas e a identificação com o grupo, não foram suficientes para motivar a adesão a ações coletivas desviantes. Estes dados levantam a hipótese de que a força das normas do endogrupo, a aversão ao risco legal ou a perceção de ineficácia possam ter operado como barreiras psicológicas, impedindo a passagem para a ação desviante.

Palavras-chave: ações coletivas desviantes; adultos emergentes; crise sociopolítica; emoções; identidade social.

Between Emotion and Transgression: The Role of Emotions and Crises in Deviant Collective Action

Abstract

This research aimed to explore the impact of a sociopolitical crisis context on emerging adults' willingness to engage in deviant collective action, examining the mediating role of negative emotions and the moderating role of context. The sample (N = 134) was experimentally exposed to either a crisis salience or a control condition.

The results confirmed that crisis salience caused an increase in all negative emotions (*frustrated, wronged, upset, and anxious*). The moderation model revealed that group identification positively predicted negative emotions, exclusively under the crisis condition. In turn, the MANOVA showed that crisis salience generated a more intense perception of feeling *frustrated* and *wronged* among female emerging adults, whereas feeling *upset* and *anxious* manifested homogeneously.

Thus, the moderated mediation model was non-significant, as negative emotions and group identification were not sufficient to motivate endorsement of deviant collective action. These data raise the hypothesis that the strength of in-group norms, legal risk aversion, or perceived inefficacy may have operated as psychological barriers, preventing the transition to deviant action.

Keywords: deviant collective actions; emerging adults; emotions; social identity; sociopolitical crises.

Índice

Enquadramento Teórico 1
Ações Coletivas Desviantes 1
Emoções, Identidade Social, Pertença Grupal e Género 2
O Papel do Contexto Sociopolítico 4
Presente Estudo 4
Objetivos e hipóteses 4
Método 5
Participantes 5
Desenho e Procedimentos 6
Desenho 6
Procedimento 6
Medidas 7
Variável de controlo 7
Variáveis moderadoras e mediadoras 7
Variável dependente 8
Análise de Dados 8
Resultados 8
Relação entre emoções e exposição a contextos de crise 8
Diferenças emocionais entre sexos aquando da exposição a contextos de crise 9
Papel moderador do contexto na relação entre emoções negativas e ações coletivas desviantes 10
Discussão 11
Conclusão 14
Referências Bibliográficas 16
Anexos 21
Anexo A: Parecer da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas 21

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Médias *(M)* e Desvios-Padrão *(DP)* das Emoções Negativas em Função da Condição e do Sexo 10

Tabela 2 – Efeitos Indiretos da Identificação com o Grupo na Ação Coletiva Desviante via Emoções Negativas 11

Enquadramento Teórico

Os humanos são intrinsecamente seres sociais, construindo a sua identidade, valores e padrões comportamentais através da interação contínua entre si, desde os vínculos familiares até às relações sociais mais complexas desenvolvidas ao longo do ciclo da vida. Esta dimensão relacional não só facilita a transmissão de conhecimentos, valores e normas, como também promove um sentimento de pertença fundamental para o equilíbrio psicológico, emocional e social (Dias, 2024).

Esta necessidade de pertença a grupos torna os indivíduos particularmente sensíveis à influência do coletivo e do contexto social, sobretudo em situações complexas e de grande fragilidade, como crises económicas ou repressão institucional. Estas situações constituem uma ameaça ao estatuto, à segurança e à identidade do grupo (Baumeister & Leary, 1995). Com efeito, de acordo com a teoria da emoção intergrupal (Smith, 1993), quando a identidade social se torna saliente, os indivíduos passam a experienciar emoções em função do grupo a que pertencem. Estas emoções partilhadas podem intensificar dinâmicas grupais, ao reforçarem a coesão interna, a convergência interpretativa dos acontecimentos e o alinhamento em torno de normas e objetivos comuns (Chen et al., 2022). Este processo pode potenciar a mobilização coletiva e, em determinados contextos, favorecer a emergência de ações coletivas que se afastam das normas socialmente instituídas, ações coletivas desviantes (Giner-Sorolla et al., 2007).

Ações Coletivas Desviantes

A identidade social adquire especial relevância na compreensão de ações coletivas desviantes. Estas têm sido definidas como comportamentos desenvolvidos por um grupo social que transgride normas e valores sociais estabelecidos (Della Porta & Diani, 2020), manifestando-se historicamente através de episódios de vandalismo, apropriação ilegal de bens em motins urbanos ou confrontos violentos entre grupos rivais. Estas ações tendem a emergir como resposta a perceções negativas face a situações que comprometem a imagem ou recursos do grupo, sendo maioritariamente de natureza reativa e percecionadas como mecanismos de manifestação e transformação de uma condição do grupo considerada precária (Snow et al., 2019).

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2025), constata-se um aumento significativo (53%) da criminalidade grupal, particularmente entre adultos emergentes (18-25 anos). Nesta perspetiva, a adultez emergente constitui uma fase do desenvolvimento caraterizada por uma intensificação da exploração identitária, procura de pertença e

valorização dos vínculos grupais (Arnett, 2000). Tais características reforçam a dependência do grupo enquanto fonte de validação social, orientação normativa e construção de significado identitário, tornando este grupo etário especialmente permeável à influência grupal e à legitimação coletiva de comportamentos desviantes (Wood et al., 2018).

No contexto português, dificuldades como precariedade laboral, limitações de mobilidade social e desafios sociopolíticos, incluindo perceção de injustiça institucional, intensificam sentimentos de frustração e exclusão (Fonseca & Ramos, 2018). A perceção de que os problemas são comuns e resultam de fatores estruturais fortalece a identificação com o grupo e a crença na eficácia coletiva, aumentando a probabilidade de agir em nome do grupo (van Zomeren et al., 2008). Assim, a vulnerabilidade emocional, aliada à procura por reconhecimento e ao contexto sociopolítico desafiante, pode favorecer a adesão a ações coletivas desviantes, mesmo entre indivíduos que, isoladamente, não adotariam tais comportamentos (Jasper, 2011).

Embora inicialmente associadas a grupos estruturalmente desfavorecidos, estas ações não devem ser compreendidas de forma estritamente determinista. A literatura evidencia que a mobilização coletiva decorre sobretudo da perceção subjetiva de injustiça, prejuízo ou ameaça ao grupo, mais do que da sua posição estrutural objetiva (van Zomeren et al., 2008). Nesse sentido, grupos estruturalmente desfavorecidos foram historicamente mais estudados por tenderem a desenvolver com maior frequência tais perceções, sem que isso implique que a ação coletiva lhes seja exclusiva. Assim, a literatura passou a centrar-se nos fatores psicológicos e identitários subjacentes ao processo de mobilização coletiva, mantendo a relevância da desigualdade estrutural, mas reconhecendo o papel central da interpretação subjetiva da situação grupal (Reese et al., 2019).

A emergência de ações coletivas desviantes resulta de um processo dinâmico e relacional, no qual se articulam fatores identitários, contextuais e emocionais. Estes elementos interagem continuamente, moldando a perceção de injustiça, a legitimidade da transgressão e a predisposição para a mobilização coletiva. Assim, a ação coletiva desviante deve ser entendida como consequência da articulação entre respostas emocionais partilhadas, identidade grupal saliente e enquadramento contextual percebido como ameaçador (van Zomeren et al., 2012).

Emoções, Identidade Social, Pertença Grupal e Género

A mobilização coletiva é impulsionada por um circuito integrado de emoções, identidade social e perceção de eficácia. De acordo com o modelo dinâmico de Becker e Tausch (2015), emoções

negativas como raiva, frustração ou ressentimento surgem diante de situações de injustiça ou ameaça, funcionando como catalisadores motivacionais que intensificam a coesão grupal e reforçam a interpretação das adversidades como coletivamente inaceitáveis (Tausch et al., 2011). A teoria dos *frames* emocionais (Benford & Snow, 2000) indica que essas emoções, quando partilhadas, são integradas na identidade social, o que transforma experiências individuais de sofrimento em causas coletivas, legitimando moralmente a ação, inclusive quando desviante (van Zomeren et al., 2008).

Segundo a Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1978), a identificação com o grupo é reforçada perante ameaças, especialmente quando o grupo se define em oposição a um sistema dominante, aumentando a coordenação e propensão para ações coletivas desviantes percebidas como meios legítimos de defesa, afirmação ou justiça. A perceção de eficácia coletiva (Bandura, 2000) complementa este processo, ao sustentar a expectativa de que a ação grupal pode produzir mudanças, mesmo através de meios não normativos.

Neste enquadramento, o Modelo da Identidade Social da Ação Coletiva (SIMCA; van Zomeren et al., 2008) integra esses elementos, identificando três determinantes fundamentais do envolvimento em ações coletivas desviantes: identificação com o grupo, perceção de injustiça e crença na eficácia da ação coletiva. Estes fatores atuam de forma interdependente, reforçando-se mutuamente: a identificação grupal aumenta a relevância das experiências partilhadas e favorece a interpretação das adversidades como injustiças coletivas; a perceção de injustiça intensifica a motivação para a ação; e a crença na eficácia da ação coletiva sustenta a legitimação da mobilização (Simon & Klandermans, 2001).

Desta forma, quando estas condições se verificam em conjunto, a probabilidade de envolvimento em ações coletivas aumenta significativamente, incluindo formas de natureza desviante (Reese et al., 2019). Nesse contexto, e conforme Tajfel e Turner (1986), as emoções deixam de operar como impulsos individuais e passam a funcionar como recursos coletivos, reforçando a coesão do grupo, culminando na emergência da ação coletiva desviante (da Costa et al., 2023).

Neste âmbito, importa ainda considerar que a expressão e mobilização dos afetos podem variar em função do género. A literatura sugere que homens e mulheres diferem na tipologia de reações experienciadas, sendo a raiva e o confronto mais associados ao género masculino, enquanto a empatia ou a tristeza são mais reportadas pelas mulheres, influenciando tanto o tipo de ação adotada como a sua intensidade. Essas diferenças refletem desigualdades estruturais mais amplas,

atravessando experiências emocionais e moldando formas de envolvimento coletivo (Iyer & Ryan, 2009).

O Papel do Contexto Sociopolítico

Este circuito emocional-identitário desenvolve-se sempre dentro de um contexto sociopolítico específico, que atua como catalisador ou inibidor da ação coletiva. Crises económicas, repressão institucional, instabilidade social ou eventos traumáticos aumentam a perceção de ameaça e reduzem a confiança em canais normativos de participação, criando condições propícias à radicalização da ação coletiva (Tilly & Tarrow, 2015).

O contexto influencia não apenas a intensidade das emoções, mas também a forma como estas são enquadradas e transformadas em ação, conferindo sentido simbólico à transgressão e legitimando respostas coletivas como formas de resistência ou contestação (Petersen, 2011).

Presente Estudo

A literatura evidencia, deste modo, que emoções, identidade social e contexto sociopolítico interagem na explicação da emergência de ações coletivas desviantes. Contudo, a forma como estes processos se articulam de modo integrado, particularmente em contextos de crise sociopolítica, permanece insuficientemente explorada (Thomas et al., 2022). O presente estudo propõe-se a colmatar esta lacuna através de uma abordagem integrada, analisando de que forma emoções negativas, processos identitários e enquadramentos contextuais contribuem para a emergência de ações coletivas desviantes em adultos emergentes. Ao explorar estas inter-relações, a investigação pretende contribuir para o avanço teórico sobre ações coletivas desviantes, fornecendo também uma base para a definição de estratégias de prevenção e intervenção mais eficazes, que considerem a complexidade dos fatores que motivam a ação coletiva.

Objetivos e Hipóteses

A presente investigação tem como objetivo principal explorar como um contexto de crise sociopolítico (doravante mencionado como "saliência de crise") e as emoções consequentes do mesmo influenciam os adultos emergentes a concordar com o desenvolvimento de ações coletivas desviantes. Detalhadamente, pretende-se (1) analisar o impacto da exposição a uma saliência de crise nas emoções experienciadas por adultos emergentes; (2) explorar as diferenças emocionais entre homens e mulheres face a uma saliência de crise; e (3) examinar o papel moderador do contexto na relação entre emoções negativas e o envolvimento em ações coletivas desviantes.

Tendo em conta a literatura, sabe-se que a saliência de uma crise configura uma ameaça ao grupo, frequentemente desencadeando emoções negativas, como raiva e frustração, face à situação enfrentada. Nesta ótica, o presente estudo postula que, quando presente uma saliência de crise, os adultos emergentes experienciam mais emoções negativas, comparativamente a uma condição de controlo (estímulo não relacionado) (hipótese 1). Adicionalmente, considerando que indivíduos de sexo feminino tendem a evocar e reportar emoções de forma mais intensa do que os de sexo masculino, é plausível estabelecer que, perante uma saliência de crise, mulheres tendem a experienciar níveis mais elevados de emoções negativas comparativamente aos homens (hipótese 2). Por fim, indivíduos com maior identificação e compromisso com o grupo tendem a atribuir maior importância às situações que afetam o coletivo, tornando-se mais vulneráveis a saliências de crise e propensos a experienciar emoções negativas. Reconhecendo que os membros de um grupo têm a necessidade de sustentar uma imagem positiva do coletivo, é plausível que, perante uma saliência de crise, estes indivíduos se sintam tentados a adotar ações coletivas desviantes com o objetivo de alterar a situação do grupo (hipótese 3).

Método

Participantes

O tamanho amostral foi determinado com base em análises de poder estatístico *a priori* no software *G*Power*, versão 3.1.9.7 (Faul et al., 2007), considerando um tamanho de efeito médio (d = 0.50), um nível de significância de .05 (bicaudal) e um poder estatístico de .80, o qual indicou a necessidade de uma amostra mínima de 128 participantes.

No presente estudo, a amostra foi constituída por 192 participantes, dos quais 43 foram excluídos por não terem completado pelo menos 70% do questionário (Junaid et al., 2025), e 4 por falharem na verificação da manipulação. Os dados ausentes corresponderam a 3.39% da matriz de dados (5655 valores). Por fim, após uma pré-análise dos dados finais, foi identificado e removido um *outlier* por apresentar um padrão recorrente e por se situar pelo menos 1.5 vezes o intervalo interquartil abaixo do primeiro quartil ou acima do terceiro quartil ao longo das escalas (Smiti, 2020).

Posto isto, a amostra final foi composta por 144 participantes, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos (M = 20.20, DP = 2.07), sendo 111 mulheres e 32 homens (com 1 participante sem informação). Através da análise estatística, é também possível confirmar que a amostra foi integrada por participantes com o ensino secundário concluído (81.9%) e ensino superior

(18.1%). Relativamente ao nível socioeconómico (1 = Muito baixo a 7 = Muito alto), os participantes apresentaram, em média, um nível socioeconómico intermédio (M = 4.27, DP = 0.91). Quanto à posição política (1 = Esquerda a 7 = Direita), a média situou-se próxima do ponto médio da escala (M = 3.80, DP = 1.09).

As variáveis demográficas demonstraram-se distribuídas de forma equilibrada entre as condições experimentais, pelo que não se observaram diferenças significativas quanto ao género ($\chi^2(2) = 3.83$, *ns*), nível de escolaridade ($\chi^2(2) = 0.56$, *ns*), nem quanto à idade, orientação política ou estatuto socioeconómico (todos os Fs < 1).

Desenho e Procedimentos

Desenho

O presente estudo adotou um desenho experimental de fator único inter-sujeitos, no qual os participantes leram uma notícia fictícia sobre a crise social e os desafios enfrentados por adultos emergentes em Portugal (condição de saliência do contexto de crise sociopolítica), ou uma notícia sobre os hábitos de leitura de adultos emergentes (condição de controlo).

Procedimento

Por se tratar de um estudo experimental, realizou-se previamente um estudo piloto com 60 participantes para testar a clareza e a adequação dos materiais, os quais se demonstraram compreensíveis e apropriados para a população-alvo. Além disso, o questionário foi aprovado pela Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH – 032/2025) da Universidade do Minho, assegurando o cumprimento dos princípios éticos e legais em vigor (Anexo A). Os participantes foram contactados para responder a um inquérito sobre a compreensão de processos psicossociais associados a fenómenos sociais contemporâneos relevantes para jovens portugueses. Os convites foram divulgados através da plataforma *Qualtrics* e através do sistema de créditos da Escola de Psicologia da Universidade do Minho, tendo os participantes aceitado participar de forma voluntária, mediante a prestação de consentimento informado. A recolha de dados decorreu entre abril de 2025 e novembro de 2025. Embora o estudo não apresentasse riscos diretos, os temas abordados poderiam causar desconforto, pelo que os participantes podiam não responder, abandonar o questionário ou partilhar os seus sentimentos no *debriefing* ou com a investigadora.

Manipulação da saliência de crise. Os participantes foram aleatoriamente atribuídos a uma das duas condições: saliência de crise ou condição de controlo. Na condição experimental, os participantes

leram uma notícia que enfatizava as dificuldades estruturais, as injustiças e a falta de oportunidades enfrentadas pelos adultos emergentes em Portugal, com o objetivo de aumentar a saliência dos jovens enquanto grupo social desfavorecido. Na condição de controlo, os participantes leram uma notícia neutra sobre os hábitos de leitura dos adultos emergentes, de caráter descritivo e sem referência a crise ou injustiça social.

Medidas

Além dos dados sociodemográficos (género, idade, nacionalidade, nível de escolaridade, posição política e estatuto socioeconómico), após a verificação da manipulação, os participantes responderam a medidas de identificação com o grupo, emoções e atitudes face à ação coletiva.

Variável de controlo

Verificação da manipulação. A verificação da manipulação consistiu numa tarefa de drag-and-drop, na qual os participantes selecionaram todas as frases que refletiam a situação descrita na notícia. Na condição experimental, exemplos de frases incluíam "Os jovens estão cada vez mais frustrados com a situação em Portugal". Por sua vez, na condição de controlo, exemplos de frases incluíam "A leitura é uma atividade que faz parte da vida dos jovens".

Variáveis moderadoras e mediadoras

Identificação com o grupo. A identificação com os jovens portugueses foi avaliada após a leitura da notícia, através da escala "Identidade como jovem português (2)" adaptada por Pinto et al. (2016), composta por 7 itens e destinada a mensurar o grau de identificação social com o grupo de pertença. Os participantes assinalaram o seu nível de concordância com afirmações como "Tenho orgulho de ser um jovem português" e "Sinto-me emocionalmente envolvido/a com outros jovens portugueses", numa escala de Likert de 7 pontos (1 = "Discordo totalmente" a 7 = "Concordo totalmente"). A escala apresentou uma estrutura unifatorial ($KMO = .819$, $\chi^2(21) = 473.91$, $p < .001$), explicando 55.40% da variância. A consistência interna foi boa ($\alpha = .863$).

Emoções negativas. As emoções negativas foram avaliadas com base na medida "Sentimentos face à situação", composta por 4 itens (*frustrado, injustiçado, chateado, ansioso*) medidos numa escala de Likert de 7 pontos (1 = "Discordo totalmente" a 7 = "Concordo totalmente"). A escala apresentou uma estrutura unifatorial ($KMO = .861$, $\chi^2(6) = 511.21$, $p < .001$), explicando 84.38% da variância. A consistência interna foi excelente ($\alpha = .938$).

Variável dependente

Ações coletivas desviantes. A propensão para o envolvimento em ações coletivas foi avaliada com base escala "Atitudes face às Ações Coletivas", adaptada de Jansma et al. (2024), Moskalenko e McCauley (2009) e Tausch et al. (2011). Esta subescala é composta por 12 itens, incluindo ações não normativas, mas não violentas (ex.: "Aliar-me a um grupo de jovens no bloqueio de cruzamentos e estradas movimentadas") e ações violentas (ex.: "Apoiar uma organização de jovens que planeia agredir fisicamente políticos responsáveis pela situação atual dos jovens"). As respostas foram medidas através de uma escala de Likert de 7 pontos (1 = "Discordo totalmente" a 7 = "Concordo totalmente"). A escala apresentou uma estrutura unifatorial (KMO = .886, $\chi^2(36) = 942.61$, $p < .001$), explicando 62.99% da variância. A consistência interna foi excelente (α = .922), tendo sido retirados 3 itens por apresentarem baixos valores de comunalidades, variando entre .126 e .450.

Análise de Dados

A análise de dados foi conduzida utilizando o *software IBM SPSS Statistics* (versão 29). Inicialmente, a normalidade das variáveis contínuas foi avaliada através dos testes Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, bem como pelos coeficientes de assimetria ($|sk| \leq 3$) e curtose ($|ku| \leq 7\text{-}10$), conforme recomendado por Kline (2005).

Para a análise das hipóteses, foram aplicados os seguintes procedimentos estatísticos: a hipótese 1 foi testada através de um teste *t* de Student para amostras independentes, considerando as emoções negativas como variável dependente e a condição (saliência de crise e controlo) como variável independente; a hipótese 2 foi avaliada por meio de uma MANOVA intersujeitos, com a saliência de crise e sexo como variáveis independentes e emoções negativas como variável dependente. Em caso de existência da interação entre condição e sexo, a decomposição é realizada com a fixação da variável condição; por fim, para a hipótese 3 foram inicialmente realizadas correlações de Pearson entre as variáveis. Em seguida, conduziu-se uma análise de mediação moderada com o PROCESS macro para SPSS (Hayes, 2022), modelo 7, considerando a identificação com o grupo como variável moderadora da relação entre a saliência de crise (VI) e as emoções negativas (mediador), sendo estas últimas associadas à adesão a ações coletivas desviantes (VD).

Resultados

Diferenças nas emoções negativas em função da exposição a saliência de crise

Para testar a hipótese 1, que postulava que os adultos emergentes, perante a saliência de crise experienciariam mais emoções negativas do que num contexto de controlo, realizou-se um teste *t* para amostras independentes. Tal como expectável, a análise revelou diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, com os adultos emergentes expostos à condição de saliência de crise a reportarem níveis mais elevados de emoções negativas ($M = 4.95$, $DP = 1.08$), comparativamente com os participantes da condição de controlo ($M = 2.16$, $DP = 1.30$), $t(132.40) = -13.92$, $p < .001$, d de Cohen = 1.19.

Diferenças nas emoções negativas em função do género e da saliência de crise

Para testar a hipótese 2, realizou-se uma MANOVA sobre a interação entre Saliência de Crise x Sexo (feminino e masculino) relativamente a cada emoção negativa (frustrado, injustiçado, chateado e ansioso). Os resultados revelaram um efeito multivariado principal significativo da Condição, *Pillai's Trace* V = .456, $F(4, 135) = 28.312$, $p < .001$, $\eta^2_p = .456$, e uma interação multivariada significativa entre a Condição e o Sexo, *Pillai's Trace* V = .068, $F(4, 135) = 2.465$, $p = .048$, $\eta^2_p = .068$. Em contraste, não se registou um efeito principal significativo do Sexo ($p = .176$).

Em consonância com a hipótese 1, a análise univariada dos efeitos principais confirmou que a exposição à saliência de crise provocou um aumento significativo em todas as emoções negativas individuais: *frustrado*, $F(1, 138) = 96.94$, $p < .001$, $\eta^2_p = .413$; *injustiçado*, $F(1, 138) = 88.45$, $p < .001$, $\eta^2_p = .391$; *chateado*, $F(1, 138) = 63.34$, $p < .001$, $\eta^2_p = .315$; e *ansioso*, $F(1, 138) = 59.00$, $p < .001$, $\eta^2_p = .299$. Os valores de médias e desvios padrão associados encontram-se sistematizados na Tabela 1.

Analisando o efeito multivariado da interação, corroborou-se parcialmente a hipótese 2, ao confirmar que a interação Condição x Sexo apenas exerceu um efeito significativo sobre as emoções *frustrado*, $F(1, 138) = 4.764$, $p = .031$, $\eta^2_p = .033$, e *injustiçado*, $F(1, 138) = 5.332$, $p = .022$, $\eta^2_p = .037$. Nas emoções *chateado* (p = .529) e *ansioso* (p = .393), não se registaram efeitos de interação significativos.

Face a estes resultados, procedeu-se à decomposição da interação apenas para as emoções *frustrado* e *injustiçado*. Como se pode observar na Tabela 1, na condição de saliência de crise, verificou-se uma diferença marginal entre sexos, com os participantes do sexo feminino a expressarem mais emoções de frustração, $F(1, 71) = 3.044$, $p = .085$, $\eta^2_p = .041$, e injustiça, $F(1, 71) = 3.154$, $p =$

.080, η^2_p = .043, que os participantes do sexo masculino. Na condição de controlo, não se registaram quaisquer diferenças entre sexos (p > .05).

Tabela 1

Médias (M) e Desvios-Padrão (DP) das Emoções Negativas em Função da Condição e do Sexo

Variáveis	**Controlo**				**Saliência de Crise**			
	Feminino (*n*=50)		**Masculino (*n*=19)**		**Feminino (*n*=61)**		**Masculino (*n=12)***	
	M	***DP***	***M***	***DP***	***M***	***DP***	***M***	***DP***
Frustrado	2.00	1.26	2.47	1.50	5.31	1.30	4.58	1.44
Injustiçado	1.94	1.28	2.47	1.47	5.15	1.36	4.42	.900
Chateado	2.04	1.58	2.42	1.61	4.77	1.50	4.75	1.36
Ansioso	2.06	1.43	2.79	1.75	4.72	1.54	4.92	1.08

Papel moderador do contexto na relação entre emoções negativas e ações coletivas desviantes

Previamente à realização do modelo de mediação moderada, realizaram-se correlações de *Pearson* segmentadas por condição. Na condição de saliência de crise, verificou-se uma associação positiva e moderada entre a identificação com o grupo e as emoções negativas (r = .372, p = .001), bem como uma tendência de associação negativa entre a identificação e a adesão a ações coletivas desviantes (r = –.213, p = .077). Em contraste, na condição de controlo, não se verificaram quaisquer relações estatisticamente significativas entre estas variáveis (p > .05).

Estes resultados demonstram que as relações entre as variáveis variam conforme a condição experimental, validando o teste da hipótese 3 através do Modelo 7 do PROCESS macro (v5.0) para SPSS (Hayes, 2022) para realizar a análise de mediação moderada. Para estimar os efeitos indiretos, utilizaram-se 5.000 amostras de *bootstrap* com um intervalo de confiança (IC) de 95%.

No modelo, a identificação com o grupo foi colocada como variável independente (VI), a adesão a ações desviantes como variável dependente (VD), as emoções negativas como mediadora e a saliência de crise como moderadora.

Analisando o papel moderador da condição na relação entre a identificação com o grupo e as emoções negativas, obteve-se um modelo significativo, R^2 = .619, F(3,130) = 70.528, p < .001. No que concerne à predição das emoções negativas, não se verificaram efeitos principais significativos da identificação com o grupo, b = –.149, SE = .144, t = –1.033, p =.303, 95%IC = [–.434, .136], nem

da condição, *b*=.049, *SE* = 1.012, *t* = .048, *p* =.962, 95%*IC* = [–1.953, 2.051]. Contudo, observou-se um efeito de interação significativo entre estas duas variáveis, *b* = 0.560, *SE* = 0.203, *t* = 2.764, *p* = .007, 95%*IC* = [0.159, 0.961]. A análise dos efeitos condicionais revelou que a identificação com o grupo previu positivamente as emoções negativas apenas na condição de crise, *b* = 0.412, *SE* = 0.143, *t* = 2.883, *p* = .005, 95%*IC* = [.129, .694], não se verificando qualquer efeito significativo na condição de controlo, *b* = –.149, *SE* = 0.144, *t* = –1.033, *p* = .303, 95%*IC* = [–.434, .136].

No que concerne à predição da adesão a ações coletivas desviantes em função das emoções negativas e da identificação com o grupo, verificou-se que nenhum destes preditores atingiu a significância estatística (*p* > .05). Relativamente ao Índice de Mediação Moderada, este revelou-se não significativo (ver Tabela 2). Este conjunto de resultados corrobora apenas parcialmente a hipótese 3, uma vez que o processo de mediação proposto não variou de forma estatisticamente significativa entre as condições experimentais e o efeito indireto total na passagem para a ação desviante não se confirmou.

Tabela 2

Efeitos Indiretos da Identificação com o Grupo na Ação Coletiva Desviante via Emoções Negativas

Condição	***Effect***	***SE***	***95%IC***
Controlo	-0.009	0.013	[-0.043; 0.012]
Saliência de Crise	0.025	0.024	[-0.019; 0.082]
Índice de Mediação Moderada	**0.034**	**0.032**	**[-0.023; 0.111]**

Nota. N = 134.

Discussão

O presente estudo teve como principal objetivo explorar de que forma um contexto de crise sociopolítica e as emoções negativas associadas influenciam os adultos emergentes na adesão a ações coletivas desviantes. Os resultados obtidos não corroboram na sua totalidade a ideia de que as emoções negativas instigam a adesão a ações coletivas desviantes, sugerindo a necessidade de melhor explorar esta relação.

Em primeiro lugar, os dados confirmam o impacto psicológico que a instabilidade macroestrutural pode exercer neste grupo etário. O aumento das emoções negativas (*frustrado*, *injustiçado*, *chateado* e *ansioso*) perante a saliência de crise apoia o modelo de *stress* grupal (Haslam

et al., 2009) e a Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1979). Contudo, o modelo de moderação revelou que a associação entre a identificação com o grupo e as emoções negativas apenas se verifica perante a saliência de crise, enquanto na condição de controlo, a identificação com o grupo parece não se associar de forma significativa à expressão de emoções negativas. Este padrão indica que a saliência de crise atua como um fator contextual crucial, que intensifica as respostas emocionais negativas conforme os membros mais se identifiquem com o grupo e o percecionem como relevante para o seu autoconceito. Por outras palavras, a consciência de uma ameaça à legitimidade, estabilidade e ao estatuto social do grupo desencadeia uma resposta emocional negativa, patente principalmente em membros que manifestam uma elevada vinculação psicológica ao grupo social em causa (Thomas et al., 2009).

No que concerne às diferenças entre sexos, os resultados revelaram uma interação significativa exclusivamente nas dimensões de *frustrado* e *injustiçado*, sem que se registassem diferenças estatisticamente significativas nas de *chateado* e *ansioso*. Esta assimetria pode ser explicada à luz da distinção entre emoções de aproximação, orientadas para a avaliação de alvos externos, e emoções de evitamento, focadas na vulnerabilidade interna (Carver & Harmon-Jones, 2009). As variáveis *frustrado* e *injustiçado* constituem reações de cariz marcadamente coletivo, despoletadas pela avaliação cognitiva de assimetrias estruturais e violações de direitos contrárias à legitimidade grupal (van Zomeren et al., 2008).

Pontuações mais elevadas nas mulheres nestas dimensões específicas afasta explicações essencialistas de reatividade emocional geral e apoiam a perspetiva da interseccionalidade (Crenshaw, 2011). Sendo um subgrupo que acumula desvantagens socioeconómicas e laborais prévias (Elsesser & Lever, 2011), as adultas emergentes manifestam uma leitura cognitiva mais politizada e sensível às assimetrias sociais, amplificando as queixas que se traduzem nos estados de *frustrado* e *injustiçado* (Figueroa et al., 2023). Em contrapartida, a homogeneidade entre homens e mulheres observada nos estados *chateado* e *ansioso* sugere que a instabilidade contextual opera de forma transversal enquanto indutora de um mal-estar existencial e geracional. Esta vulnerabilidade partilhada reflete o facto de as crises macroestruturais imporem entraves e obstáculos severos aos marcos de desenvolvimento normativos da adultez emergente, tais como a emancipação residencial, a transição para o mercado de trabalho e a construção de projetos de vida estáveis (Arnett, 2007). Ao bloquear a concretização destas metas e ao defraudar expectativas geracionais de autonomia, a instabilidade socioeconómica deixa de ser uma ameaça abstrata e converte-se numa barreira tangível ao bem-estar e ao futuro deste grupo

etário, despoletando respostas geracionais generalizadas que se manifestam nos estados *chateado* e *ansioso* (Luyckx et al., 2011).

Todavia, este cenário de sofrimento psicológico generalizado não se repercute de forma direta nas intenções de adesão a ações coletivas desviantes dos indivíduos. À margem do aumento das emoções negativas observado na primeira etapa do modelo, os resultados revelaram a ausência de um efeito indireto condicional significativo na transição para o comportamento. Esta rutura na passagem para a ação demonstra que a ativação emocional despertada pelo contexto de crise não se traduz na intenção de aderir a ações coletivas desviantes. O insucesso deste percurso mediativo condicional evidencia que os modelos gerais de mobilização baseados na perceção de injustiça e na indignação política não encontram uma replicação linear quando o comportamento avaliado envolve a transgressão de normas (van Zomeren et al., 2008).

De acordo com o modelo dinâmico de ação coletiva normativa e não normativa de Becker e Tausch (2015), enquanto a raiva face à injustiça impulsiona ações normativas dentro do sistema, a adesão a ações desviantes e radicais exige frequentemente a ativação de emoções específicas de hostilidade e distanciamento psicológico em relação ao sistema social (e.g., o desprezo). No presente estudo, o bloco preditor combinou as variáveis *frustrado* e *injustiçado*, que implicam uma atribuição de culpa e revolta direcionada a alvos externos, com as variáveis *chateado* e *ansioso*, que refletem antes um estado de desassossego e mal-estar pessoal. Ao agregar todas estas emoções numa única medida global no modelo, o impacto das primeiras variáveis acabou por ser estatisticamente camuflado pelo peso das segundas. Esta mistura reduziu a capacidade preditiva que uma emoção puramente direcionada para a violação social partilhada poderia demonstrar de forma isolada, podendo justificar a ausência de impacto no comportamento final.

Paralelamente à diluição estatística das emoções negativas, a ausência de mobilização observada na segunda fase do modelo reflete barreiras normativas da abordagem da identidade social, na qual indivíduos altamente identificados tendem a exercer um papel ativo na proteção da reputação moral e da legitimidade pública do seu próprio grupo (Ellemers, 2018). Sendo as ações medidas de cariz desviante, as normas morais operaram como um mecanismo de controlo e aversão ao risco legal, levando os participantes a conter as suas intenções no espaço público, evitando comprometer a imagem moral coletiva (van Zomeren et al., 2018). Esta interpretação é corroborada pela tendência de associação negativa entre a identificação com o grupo e a adesão a ações desviantes sob a condição de crise, o que apoia a evidência empírica de que a vinculação ao coletivo exerce uma função protetora

contra comportamentos desviantes (Alleyne & Wood, 2010). Deste modo, a força da identificação com o grupo atua como regulação moral e não como vetor de radicalização, salvaguardando a integridade comportamental dos indivíduos. A mobilização configura-se, assim, como um processo multidimensional regulado por fatores emocionais, identitários e morais.

Apesar dos contributos teóricos e empíricos, importa reconhecer algumas limitações metodológicas que poderão ter condicionado os resultados obtidos. Em primeiro lugar, a amostra apresentou uma distribuição de sexo desequilibrada, caracterizada por uma predominância feminina. É necessário clarificar que a análise comparativa multivariada (MANOVA) foi realizada com um intuito puramente exploratório. Dado que a literatura científica aponta para a existência de vulnerabilidades emocionais diferenciadas entre sexos face a crises estruturais, considerou-se teoricamente relevante explorar estas potenciais diferenças na presente amostra, reconhecendo-se, contudo, a limitação decorrente da acentuada disparidade numérica entre os grupos. Ademais, considerando que a literatura associa o sexo masculino a uma maior propensão para a confrontação direta, agressividade física e quebra de normas em contextos de protesto (Archer, 2004), a reduzida representação de participantes homens limitou a variabilidade observada nas escalas de ações desviantes. Este desequilíbrio ajuda a explicar a reduzida magnitude dos efeitos encontrados (Becker & Tausch, 2015), pelo que futuras investigações deverão recorrer a amostras mais homogéneas e equilibradas.

Em segundo lugar, o foco exclusivo em ações coletivas desviantes impediu avaliar se a indignação se poderia traduzir em ações normativas. Investigações futuras deverão, por isso, adotar modelos comparativos que incluam simultaneamente ações normativas e desviantes (Tausch et al., 2011), de modo a compreender se a ausência de mobilização observada se deve especificamente ao caráter transgressor dos comportamentos ou a uma menor predisposição geral para a ação coletiva.

Por último, a avaliação exclusiva de comportamentos autorreportados em cenários hipotéticos expõe os dados à influência da desejabilidade social e ao receio de censura legal, subvalorizando a predisposição para ações desviantes. Futuras investigações beneficiariam da inclusão de paradigmas experimentais realistas e de escalas específicas de eficácia política ou disruptiva, contribuindo para o esclarecimento se a inibição comportamental observada decorre da perceção de que ações desviantes seriam instrumentalmente ineficazes para produzir mudança social (Klandermans, 1997).

Conclusão

Desta forma, no plano teórico, as conclusões demonstram que o sofrimento emocional por crises macroestruturais não se traduz linearmente em ações desviantes na adultez emergente. Estes dados expandem a abordagem da identidade social ao mapear o sexo via interseccionalidade e ao validar a força protetora das normas do endogrupo e do risco legal como inibidores do desvio.

Por sua vez, no plano prático, esta compreensão é fundamental para sustentar políticas públicas de cidadania e programas de envolvimento cívico saudável. Esta necessidade justifica-se pelo facto de os resultados demonstrarem que os adultos emergentes manifestam uma elevada reatividade emocional às crises macroestruturais, contida por barreiras morais endogrupais e aversão ao risco legal, e não por apatia política. Assim, a operacionalização destas evidências deve traduzir-se na criação de plataformas institucionais de participação descentralizada, tais como conselhos consultivos juvenis, fóruns de debate local ou orçamentos participativos, que funcionem como canais legítimos de escuta ativa. A identificação de dinâmicas identitárias, reações emocionais diferenciadas e barreiras morais fornece aos agentes sociais ferramentas diagnósticas para intervir precocemente junto do grupo etário em questão. Estas evidências permitem substituir estratégias puramente punitivas por ações preventivas focadas na eficácia política, garantindo que os adultos emergentes percecionam o impacto real do seu envolvimento no sistema e canalizando a frustração social para vias de participação democrática mais construtivas.

Referências Bibliográficas

Alleyne, E., & Wood, J. L. (2010). Gang Involvement: Psychological and Behavioral Characteristics of Gang Members, Peripheral Youth, and Nongang Youth. *Aggressive Behavior*, *36*(6), 423-36. 10.1002/ab.20360

Archer, J. (2004). Sex differences in aggression in real-world settings: A meta-analytic review. *Review of General Psychology*, *8*(4), 291–322. 10.1037/1089-2680.8.4.291

Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist, 55*(5), 469–480. https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.5.469

Arnett, J. J. (2007). Emerging adulthood: What is it, and what is it good for? *Child Development Perspectives*, *1*(2), 68–73. 10.1111/j.1750-8606.2007.00016.x

Bandura, A. (2000). Exercise of human agency through collective efficacy. *Current Directions in Psychological Science, 9*(3), 75–78.

Baumeister, R. F., & Leary, M. R. (1995). The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin, 117*(3), 497–529. https://doi.org/10.1037/0033-2909.117.3.497

Becker, J. C., & Tausch, N. (2015). A dynamic model of engagement in normative and non-normative collective action: Psychological antecedents, consequences, and barriers. *European Review of Social Psychology, 26*(1), 43-92. https://doi.org/10.1080/10463283.2015.1094265

Benford, R. D., & Snow, D. A. (2000). *Framing processes and social movements: An overview and assessment*. Annual Review of Sociology, 26, 611–639.

Carver, C. S., & Harmon-Jones, E. (2009). Anger is an approach-related affect: Evidence and implications. *Psychological Bulletin*, *135*(2), 183–204. 10.1037/a0013965

Chen, S.X., Ng, J.C.K. & Wu, W.C.H. Social axiom and group identity explain participation in a societal event in Hong Kong. *Humanit Soc Sci Commun 9*, 67 (2022). https://doi.org/10.1057/s41599-022-01069-9

Crenshaw, K. (2011). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, *140*, 25–42. 10.4324/9781315582924-10

da Costa, S., Páez, D., Martí-González, M., Díaz, V., & Bouchat, P. (2023). Social movements and collective behavior: An integration of meta-analysis and systematic review of social

psychology studies. *Frontiers in Psychology, 14*, 1096877. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1096877

Della Porta, D., & Diani, M. (2020). *Social movements: An introduction* (3rd ed.). Wiley.

Dias, L. J. (2024). *O ser humano, um ser social*. Revista Cadernos de Sion, 5(1), 91–107.

Ellemers, N. (2018). Morality and social identity. In M. van Zomeren & J. F. Dovidio (Eds.), *The Oxford Handbook of the Human Essence* (pp. 147–158). Oxford Academic. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190247577.013.5

Ellemers, N., & Van Nunspeet, F. (2020). Neuroscience and the social origins of (im)moral behavior: How neural underpinnings of social categorization and conformity affect everyday (im)moral behavior. *Current Directions in Psychological Science*, *29*(5), 513–520. 10.1177/0963721420951584

Elsesser, K., & Lever, J. (2011). Does gender matter? Explaining men's and women's responses to social disadvantage. *Sex Roles*, *65*(3), 234–246.

Faul, F., Erdfelder, E., Lang, A.-G., & Buchner, A. (2007). G*Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior Research Methods*, *39*(2), 175–191. https://doi.org/10.3758/BF03193146

Figueroa, E. B., Dabetić, V., Yuste, R. P., & Saeidzadeh, Z. (2023). Gender and structural inequalities from a socio-legal perspective. In D. Vujadinović, M. Fröhlich, & T. Giegerich (Eds.), *Gender-competent legal education*, (pp. 95–142). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-14360-1_4

Fonseca, A. M., & Ramos, M. (2018). *Juventude e precariedade laboral em Portugal: desafios e perspetivas.* Revista Portuguesa de Sociologia, 25(2), 85–110.

Giner-Sorolla, R., Mackie, D. M., & Smith, E. R. (2007). Special Issue on Intergroup Emotions: Introduction. *Group Processes & Intergroup Relations*, *10*(1), 5-8. https://doi.org/10.1177/1368430206071661

Haslam, S. A., Jetten, J., Postmes, T., & Haslam, C. (2009). Social identity, health and well-being: An emerging agenda. *Social Science & Medicine*, *69*(4), 549–554. 10.1111/j.1464-0597.2008.00379.x

Hayes, A. F. (2022). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A Regression-Based Approach*. Guilford Publications.

Iyer, A., & Ryan, M. K. (2009). Why do men and women challenge gender discrimination? The role of group status and in-group identification in predicting pathways to collective action. *Journal of Social Issues, 65*(4), 791–814. https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2009.01625.x

Jasper, J. M. (2011). *Emotions and social movements: Twenty years of theory and research.* Annual Review of Sociology, 37, 285–303. https://doi.org/10.1146/annurev-soc-081309-150015

Jansma, A., Van den Bos, K., & De Graaf, B. A. (2024). From roadblocks to property damage: How injustice perceptions and trust in authorities are associated with participation in non-normative climate protest. *Journal of Applied Social Psychology*, *54*(12), 757–775. https://doi.org/10.1111/jasp.13071

Junaid, K. P., Kiran, T., Gupta, M., Kishore, K., & Siwatch, S. (2025). How much missing data is too much to impute for longitudinal health indicators? A preliminary guideline for the choice of the extent of missing proportion to impute with multiple imputation by chained equations. *Population Health Metrics*, *23*(1), 2. https://doi.org/10.1186/s12963-025-00364-2

Klandermans, B. (1997). *The social psychology of protest*. Blackwell.

Kline, R. B. (2005). *Principles and Practice of Structural Equation Modeling*. The Guilford Press.

Luyckx, K., Schwartz, S. J., Goossens, L., Beyers, W., & Missotten, L. C. (2011). Processes of personal identity formation and evaluation. In S. J. Schwartz, K. Luyckx, & V. L. Vignoles (Eds.), *Handbook of Identity Theory and Research*, (pp. 77–98). Springer Science + Business Media. 10.1007/978-1-4419-7988-9_4

Moskalenko, S., & McCauley, C. (2009). Measuring political mobilization: The distinction between activism and radicalism. *Terrorism and Political Violence*, *21*(2), 239–260. https://doi.org/10.1080/09546550902765508

Pinto, I. R., Marques, J. M., & Paez, D. (2016). National identification as a function of perceived social control: A subjective group dynamics analysis. *Group Processes & Intergroup Relations*, *19*(2), 236–256. https://doi.org/10.1177/1368430215577225

Petersen, R. (2011). *Western intervention in the Balkans: The strategic use of emotion in conflict*. Cambridge University Press.

Reese, G., Rosenmann, A., & McGarty, C. (2019). *The psychology of globalization*. Elsevier. https://doi.org/10.1016/B978-0-12-812109-2.00006-9

Simon, B., & Klandermans, B. (2001). *Politicized collective identity: A social psychological analysis*. American Psychologist, 56(4), 319–331.

Sistema de Segurança Interna. (2025). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI 2024)*. Governo de Portugal. https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-rasi-2024

Smith, E. R. (1993). Social identity and social emotions: Toward new conceptualizations of prejudice. In D. M. Mackie & D. L. Hamilton (Eds.), *Affect, cognition, and stereotyping: Interactive processes in group perception* (pp. 297–315). Academic Press.

Smiti, A. (2020). A critical overview of outlier detection methods. *Computer Science Review*, *38*, 100306. https://doi.org/10.1016/j.cosrev.2020.100306

Snow, D. A., Soule, S. A., & Kriesi, H. (2019). *The Blackwell companion to social movements* (2nd ed.). Wiley-Blackwell.

Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations*. (pp. xv, 474). Academic Press.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33–47). Brooks/Cole.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel & W. G. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7–24). Nelson-Hall.

Tausch, N., Becker, J. C., Spears, R., Christ, O., Saab, R., Singh, P., & Siddiqui, R. N. (2011). Explaining radical group behavior: Developing emotion and efficacy routes to normative and nonnormative collective action. *Journal of Personality and Social Psychology, 101*(1), 129–148. https://doi.org/10.1037/a0022728

Thomas, E. F., Duncan, L., McGarty, C., Louis, W. R., & Smith, L. G. E. (2022). MOBILISE: A higher-order integration of collective action research to address global challenges. *Political Psychology*, *43*(S1), 107–164. https://doi.org/10.1111/pops.12811

Thomas, E. F., McGarty, C., & Mavor, K. I. (2009). Aligning Identities, Emotions, and Beliefs to Create Commitment to Sustainable Social and Political Action. *Personality and Social Psychology Review*, *13*(3), 194–218. https://doi.org/10.1177/1088868309341563

Tilly, C., & Tarrow, S. (2015). *Contentious politics* (2nd ed.). Oxford University Press.

van Zomeren, M., Kutlaca, M., & Turner-Zwinkels, F. (2018). Integrating who "we" are with what "we" (will not) stand for: A further extension of the Social Identity Model of Collective Action. *European Journal of Social Psychology*, *29*(1), 122–160. 10.1080/10463283.2018.1479347

van Zomeren, M., Leach, C. W., & Spears, R. (2012). Protesters as "passionate economists": A dynamic dual pathway model of approach coping With collective disadvantage. *Personality and Social Psychology Review, 16*(2), 180–199. https://doi.org/10.1177/1088868311430835

van Zomeren, M., Postmes, T., & Spears, R. (2008). *Toward an integrative social identity model of collective action: A quantitative research synthesis of three socio-psychological perspectives*. Psychological Bulletin, 134(4), 504–535.

Wood, D., Crapnell, T., Lau, L., Bennett, A., Lotstein, D., Ferris, M., & Kuo, A. (2018). Emerging adulthood as a critical stage in the life course. In N. Halfon, C. B. Forrest, R. M. Lerner, & E. M. Faustman (Eds.), *Handbook of Life Course Health Development* (pp. 123–143). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-47143-3_7

Anexo A

Parecer da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas

Universidade do Minho

Conselho de Ética

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH)

Identificação do documento: CEICSH 032/2025

Título do projeto: *Ação Coletiva Desviante em Jovens: O Papel da Identidade e de Atitudes Extremistas.*

Equipa de investigação: Leonor G. Cardoso (IR), Doutoramento em Psicologia, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Professora Doutora Sónia Caridade e Professor Doutor Pedro B. Albuquerque (Orientadores), Escola de Psicologia, Universidade do Minho.

PARECER

A Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *Ação Coletiva Desviante em Jovens: O Papel da Identidade e de Atitudes Extremistas.*

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) nada tem a opor à realização do projeto nos termos apresentados no Formulário de Identificação e Caracterização do Projeto, que se anexa, emitindo o seu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros.

Braga, 6 de março de 2025.

A Vice-Presidente da CEICSH

Assinado por: **Cristina Maria Moreira Flores**
Num. de Identificação: 12028714
Data: 2025.03.06 15:13:24+00'00'

(Cristina Flores)